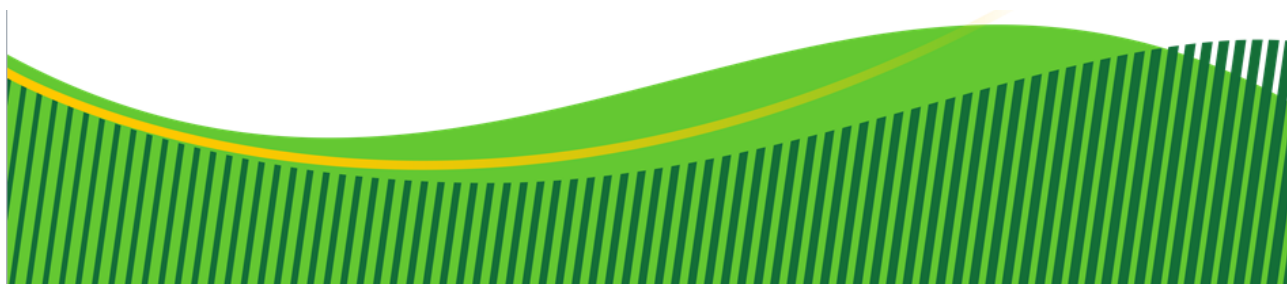


# Relatório Anual 2017

## Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados da Região Centro do RGS - Sicredi Região Centro

Diretoria Executiva de Administração  
Superintendência de Controladoria  
Gerência Contábil





Centro Empresarial Mostardelro  
Av. Mostardelro, 322  
10º andar – Moinhos de Vento  
90430-000 – Porto Alegre, RS, Brasil

Tel: +55 51 3204-5500  
Fax: +55 51 3204-5699  
www.ey.com

## **RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Aos

Administradores e Associados da  
Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados da Região Centro do RGS - Sicredi  
Região Centro  
Santa Maria - RS

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados da Região Centro do RGS - Sicredi Região Centro ("Cooperativa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017, e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados da Região Centro do RGS - Sicredi Região Centro em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor**

A administração é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou,

de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

## Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 20 de fevereiro de 2018

ERNST & YOUNG  
Auditores Independentes S.S.  
CRC – 2SP015199/O-6



Dario Ramos da Cunha  
Contador CRC – 1SP214144/O-1

## **RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**

Ao findarmos mais um exercício prestamos contas aos senhores associados dos resultados obtidos. Em cumprimento aos dispositivos legais e ao estatuto social, divulgamos as Demonstrações Financeiras da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados da Região Centro do RGS - Sicredi Região Centro, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Seguindo os principais balizadores do cooperativismo, em especial a “transparência na gestão”, esclarecemos aos nossos associados a situação econômico-financeira e patrimonial da Cooperativa, onde buscamos voltar o nosso trabalho para o crescimento e expansão.

Conselho de Administração e Diretoria

**BALANÇOS PATRIMONIAIS**  
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados da Região Centro do RGS - Sicredi Região Centro  
CNPJ/MF nº 95.594.941/0001-07

ATIVO	31/12/2017	31/12/2016	PASSIVO	31/12/2017	31/12/2016
<b>CIRCULANTE</b>	<b>992.158</b>	<b>957.153</b>	<b>CIRCULANTE</b>	<b>433.387</b>	<b>399.105</b>
DISPONIBILIDADES (NOTA 04)	7.190	6.598	DEPÓSITOS (NOTA 12)	145.854	119.101
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (NOTA 05)	10.013	-	Depósitos à Vista	98.271	80.419
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	10.013	-	Depósitos a Prazo	47.583	38.682
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS (NOTA 06)	39.681	36.013	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	223.757	225.879
Carteira Própria	39.681	36.013	Recebimentos e Pagamentos a Liquidar	9	4
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	449.031	472.601	Repasses Interfinanceiros (NOTA 13)	223.748	225.875
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	30	2	RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	1.594	1.367
Correspondentes no país	730	1.727	Recursos em Trânsito de Terceiros	1.594	1.367
Centralização Financeira - Cooperativas (NOTA 04)	448.271	470.872	OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMO (NOTA 14)	11.982	12.016
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 07)	454.987	415.100	Empréstimos País - Outras Instituições	11.982	12.016
Operações de Crédito	480.781	441.977	OUTRAS OBRIGAÇÕES	50.200	40.742
(Provisão Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(25.794)	(26.877)	Cobrança e Arrecadação de Tributos	200	114
OUTROS CRÉDITOS	29.718	24.873	Sociais e Estatutárias	7.788	6.029
Créditos por Avais e Fianças Honoradas	823	557	Fiscais e Previdenciárias	1.665	1.785
Rendas a Receber	1.756	2.049	Diversas (NOTA 15)	40.547	32.814
Créditos Específicos	267	243			
Diversos (NOTA 08)	28.270	22.958			
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	(1.398)	(934)			
OUTROS VALORES E BENS	1.538	1.968			
Outros Valores e Bens	1.785	2.316			
(Provisão para desvalorização)	(292)	(415)			
Despesas Antecipadas (NOTA 09)	45	67			
<b>NÃO CIRCULANTE</b>	<b>217.944</b>	<b>161.188</b>	<b>NÃO CIRCULANTE</b>	<b>530.336</b>	<b>503.103</b>
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	217.944	161.188	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	530.336	503.103
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (NOTA 05)	2.814	2.098	DEPÓSITOS (NOTA 12)	493.180	473.403
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	2.814	2.098	Depósitos a Prazo	493.180	473.403
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 06)	153.115	100.821	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS (NOTA 13)	26.460	19.004
Operações de Crédito	176.150	115.704	Repasses Interfinanceiros	26.460	19.004
(Provisão Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(23.035)	(14.883)	OUTRAS OBRIGAÇÕES (NOTA 14)	10.696	10.696
OUTROS CRÉDITOS	1.250	989	Diversas	10.696	10.696
Diversos (NOTA 08)	1.330	1.018			
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	(80)	(29)			
INVESTIMENTOS (NOTA 10)	34.174	34.174	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>246.379</b>	<b>216.133</b>
Outros Investimentos	34.174	34.174	CAPITAL SOCIAL (NOTA 17)	83.678	82.525
IMOBILIZADO DE USO (NOTA 11)	19.663	16.318	De Domiciliados no País	83.722	82.566
Imóveis de Uso	2.075	2.015	(Capital a Realizar)	(44)	(41)
Outras Imobilizações de Uso	32.767	27.481	RESERVAS DE SOBRAS	151.446	124.658
(Depreciação acumulada)	(15.179)	(13.178)	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	11.255	8.950
INTANGÍVEL (NOTA 11)	6.928	6.788			
Outros Ativos Intangíveis	14.079	12.218			
(Amortização acumulada)	(7.151)	(5.430)			
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>1.210.102</b>	<b>1.118.341</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>1.210.102</b>	<b>1.118.341</b>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

**DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS**  
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados da Região Centro do RGS - Sicredi Região Centro  
CNPJ/MF nº 95.594.941/0001-07

Descrição das contas	01/07/2017 a 31/12/2017 (Não Auditado)			01/01/2017 a 31/12/2017			01/01/2016 a 31/12/2016 (Reapresentado)		
	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total
<b>INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>64.746</b>	-	<b>64.746</b>	<b>132.426</b>	-	<b>132.426</b>	<b>121.090</b>	-	<b>121.090</b>
Operações de Crédito	63.063	-	63.063	128.527	-	128.527	116.511	-	116.511
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	1.682	-	1.682	3.897	-	3.897	4.553	-	4.553
Resultado das Aplicações Compulsórias	1	-	1	2	-	2	26	-	26
<b>DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>(45.392)</b>	<b>(821)</b>	<b>(46.213)</b>	<b>(87.566)</b>	<b>(1.587)</b>	<b>(89.153)</b>	<b>(102.817)</b>	<b>(1.205)</b>	<b>(104.022)</b>
Operações de Captação no Mercado	(19.070)	(41)	(19.111)	(45.116)	(78)	(45.194)	(57.235)	(50)	(57.285)
Operações de Empréstimos e Repasses	(8.506)	(780)	(9.286)	(18.327)	(1.509)	(19.836)	(18.648)	(1.155)	(19.803)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(17.816)	-	(17.816)	(24.123)	-	(24.123)	(26.934)	-	(26.934)
<b>RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>19.354</b>	<b>(821)</b>	<b>18.533</b>	<b>44.860</b>	<b>(1.587)</b>	<b>43.273</b>	<b>18.273</b>	<b>(1.205)</b>	<b>17.068</b>
<b>OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS</b>	<b>(7.867)</b>	<b>4.457</b>	<b>(3.410)</b>	<b>(10.713)</b>	<b>8.431</b>	<b>(2.282)</b>	<b>8.504</b>	<b>7.904</b>	<b>16.408</b>
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	4.689	8.461	13.150	8.723	16.200	24.923	8.029	13.027	21.056
Rendas de Tarifas Bancárias	5.556	-	5.556	10.384	-	10.384	9.794	-	9.794
Dispêndios e Despesas de Pessoal	(18.802)	(1.711)	(20.513)	(37.969)	(3.152)	(41.121)	(35.260)	(2.200)	(37.460)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas (Nota 20)	(12.460)	(1.605)	(14.065)	(25.292)	(3.097)	(28.389)	(24.250)	(2.525)	(26.775)
Dispêndios e Despesas Tributárias	(25)	(409)	(434)	(89)	(786)	(875)	(87)	(629)	(716)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais (Nota 21)	24.367	372	24.739	54.956	403	55.359	71.276	1.030	72.306
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (Nota 22)	(11.192)	(651)	(11.843)	(21.426)	(1.137)	(22.563)	(20.998)	(799)	(21.797)
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b>	<b>11.487</b>	<b>3.636</b>	<b>15.123</b>	<b>34.147</b>	<b>6.844</b>	<b>40.991</b>	<b>26.777</b>	<b>6.699</b>	<b>33.476</b>
<b>RESULTADO NÃO OPERACIONAL</b>	<b>(120)</b>	<b>(3)</b>	<b>(123)</b>	<b>(389)</b>	<b>7</b>	<b>(382)</b>	<b>288</b>	<b>(11)</b>	<b>277</b>
<b>RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO</b>	<b>11.367</b>	<b>3.633</b>	<b>15.000</b>	<b>33.758</b>	<b>6.851</b>	<b>40.609</b>	<b>27.065</b>	<b>6.688</b>	<b>33.753</b>
<b>IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>	-	<b>672</b>	<b>672</b>	-	<b>(676)</b>	<b>(676)</b>	-	<b>(486)</b>	<b>(486)</b>
Provisão para Imposto de Renda	-	400	400	-	(392)	(392)	-	(280)	(280)
Provisão para Contribuição Social	-	272	272	-	(284)	(284)	-	(206)	(206)
<b>RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS</b>	<b>11.367</b>	<b>4.305</b>	<b>15.672</b>	<b>33.758</b>	<b>6.175</b>	<b>39.933</b>	<b>27.065</b>	<b>6.202</b>	<b>33.267</b>
<b>RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS</b>	-	-	-	<b>6.175</b>	<b>(6.175)</b>	-	<b>6.202</b>	<b>(6.202)</b>	-
<b>RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DAS DESTINAÇÕES</b>	<b>11.367</b>	<b>4.305</b>	<b>15.672</b>	<b>39.933</b>	-	<b>39.933</b>	<b>33.267</b>	-	<b>33.267</b>
<b>DESTINAÇÕES</b>	-	-	-	<b>(28.678)</b>	-	<b>(28.678)</b>	<b>(24.317)</b>	-	<b>(24.317)</b>
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	(5.233)	-	(5.233)	(4.855)	-	(4.855)
Fates - Estatutário	-	-	-	(1.607)	-	(1.607)	(1.279)	-	(1.279)
Reserva Legal - Estatutária	-	-	-	(19.294)	-	(19.294)	(15.343)	-	(15.343)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	-	-	(2.544)	-	(2.544)	(2.840)	-	(2.840)
<b>SOBRAS A DISPOSIÇÃO DA AGO</b>	-	-	-	<b>11.255</b>	-	<b>11.255</b>	<b>8.950</b>	-	<b>8.950</b>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**  
(Em milhares de Reais)

**Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados da Região Centro do RGS - Sicredi Região Centro**  
CNPJ/MF nº 95.594.941/0001-07

	Capital Social	Reserva Legal	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
<b>Saldos no início do período em 01/01/2016</b>	<b>78.856</b>	<b>102.976</b>	<b>9.369</b>	<b>191.201</b>
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	-
Distribuição de sobras para associados	2.331	-	(5.753)	(3.422)
Destinações para reservas	-	3.499	(3.499)	-
Outras destinações	-	-	(117)	(117)
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	771	-	-	771
Baixas de capital	(4.176)	-	-	(4.176)
Resultado do período	-	-	33.267	33.267
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(1.279)	(1.279)
Reserva Legal - Estatutária	-	15.343	(15.343)	-
Juros sobre o Capital Próprio	4.743	-	(4.855)	(112)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	2.840	(2.840)	-
<b>Saldos no fim do período em 31/12/2016</b>	<b>82.525</b>	<b>124.658</b>	<b>8.950</b>	<b>216.133</b>
<b>Mutações do Período</b>	<b>3.669</b>	<b>21.682</b>	<b>(419)</b>	<b>24.932</b>
<b>Saldos no início do período em 01/01/2017</b>	<b>82.525</b>	<b>124.658</b>	<b>8.950</b>	<b>216.133</b>
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	-
Distribuição de sobras para associados	-	-	(3.915)	(3.915)
Destinações para reservas	-	4.950	(4.950)	-
Outras destinações	-	-	(85)	(85)
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	552	-	-	552
Baixas de capital	(4.460)	-	-	(4.460)
Resultado do período	-	-	39.933	39.933
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(1.607)	(1.607)
Reserva Legal - Estatutária	-	19.294	(19.294)	-
Juros sobre o Capital Próprio	5.061	-	(5.233)	(172)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	2.544	(2.544)	-
<b>Saldos no fim do período em 31/12/2017</b>	<b>83.678</b>	<b>151.446</b>	<b>11.255</b>	<b>246.379</b>
<b>Mutações do Período</b>	<b>1.153</b>	<b>26.788</b>	<b>2.305</b>	<b>30.246</b>
<b>Saldos no início do período em 01/07/2017 (Não Auditado)</b>	<b>81.227</b>	<b>129.608</b>	<b>24.261</b>	<b>235.096</b>
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	287	-	-	287
Baixas de capital	(2.897)	-	-	(2.897)
Resultado do período	-	-	15.672	15.672
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(1.607)	(1.607)
Reserva Legal - Estatutária	-	19.294	(19.294)	-
Juros sobre o Capital Próprio	5.061	-	(5.233)	(172)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	2.544	(2.544)	-
<b>Saldos no fim do período em 31/12/2017</b>	<b>83.678</b>	<b>151.446</b>	<b>11.255</b>	<b>246.379</b>
<b>Mutações do Período</b>	<b>2.451</b>	<b>21.838</b>	<b>(13.006)</b>	<b>11.283</b>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA**  
(Em milhares de Reais)

**Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados da Região Centro do RGS - Sicredi Região Centro**  
**CNPJ/MF nº 95.594.941/0001-07**

	01/07/2017 a 31/12/2017 (Não Auditado)	01/01/2017 a 31/12/2017	01/01/2016 a 31/12/2016
<b>RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO</b>	<b>25.608</b>	<b>51.072</b>	<b>39.011</b>
Resultado do semestre/exercício	15.672	39.933	33.267
<b>AJUSTES AO RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO</b>	<b>9.936</b>	<b>11.139</b>	<b>5.744</b>
Provisão para operações de crédito	9.151	7.070	3.466
(Reversão) para desvalorização de outros valores e bens	(283)	(123)	(101)
(Reversão) Provisão para desvalorização de outros créditos	285	514	(560)
Depreciação do imobilizado de uso	1.330	2.518	2.211
Amortização do intangível	861	1.721	1.071
Baixas do ativo permanente	102	112	244
Provisão para passivos contingentes	397	494	177
Destinações ao FATES	(1.607)	(1.607)	(1.279)
Dividendos SicrediPar	(300)	440	515
<b>VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS</b>	<b>(66.049)</b>	<b>(57.165)</b>	<b>40.011</b>
(Aumento) em aplicações interfinanceiras de liquidez	(10.611)	(10.729)	(1.103)
(Aumento) em títulos e valores mobiliários	(1.571)	(3.668)	(36.013)
(Aumento) Redução em relações interfinanceiras ativas	10.785	(28)	1
Redução em créditos vinculados	24	-	288
Redução em relações com correspondentes	476	997	218
(Aumento) em operações de crédito	(142.210)	(99.250)	(8.705)
Aumento em relações interfinanceiras passivas	82.945	5.333	25.407
(Aumento) em outros créditos	(2.946)	(6.062)	(4.161)
Redução em outros valores e bens	399	553	104
Aumento (Redução) em depósitos	(13.349)	46.530	62.849
Aumento (Redução) em relações interdependências passivas	909	227	(25)
(Redução) em obrigações por empréstimos e repasses	(740)	(34)	(1.771)
Absorção de dispêndios pelo FATES	(584)	(1.589)	(2.093)
Aumento em outras obrigações	10.424	10.555	5.015
<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)</b>	<b>(40.441)</b>	<b>(6.093)</b>	<b>79.022</b>
Aquisição de Imobilizado de Uso	(3.315)	(5.975)	(5.536)
Aplicações no Intangível	(1.092)	(1.861)	(1.833)
<b>ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)</b>	<b>(4.407)</b>	<b>(7.836)</b>	<b>(7.369)</b>
Integralização de capital	287	552	771
Baixa de capital	(2.897)	(4.460)	(4.176)
Juros ao capital próprio	(172)	(172)	(112)
Distribuição de Sobras	-	(4.000)	(3.538)
<b>ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)</b>	<b>(2.782)</b>	<b>(8.080)</b>	<b>(7.055)</b>
<b>AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA</b>	<b>(47.630)</b>	<b>(22.009)</b>	<b>64.598</b>
Caixa e equivalente de caixa no início do período	503.091	477.470	412.872
Caixa e equivalente de caixa no fim do período (NOTA 04)	455.461	455.461	477.470

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016**  
(EM MILHARES DE REAIS)

**NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL**

A Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados da Região Centro do RGS - Sicredi Região Centro ("Cooperativa"), é uma instituição financeira cooperativa, filiada à Cooperativa Central de Crédito, Poupança e Investimento do Sul e Sudeste - Central Sicredi Sul/Sudeste e integrante do Sistema Cooperativo Sicredi ("Sicredi"). Instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que iniciou as atividades em 25/04/1970 e tem por objetivos principais:

- i) Desenvolver programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito;
- ii) Prestar, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados em suas atividades específicas;
- iii) Atuar na formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

A execução das atividades obedece ao disposto na legislação pertinente, assim como aos atos regulamentares oficiais, ao estatuto social, e às normas internas do Sicredi.

O Sicredi, em 31 de dezembro de 2017, está organizado por 116 Cooperativas de Crédito filiadas, que operam com uma rede de atendimento com mais de 1.575 pontos. A estrutura conta ainda com cinco Centrais Regionais – acionistas da Sicredi Participações S.A. ("SicrediPar") – a Confederação Interestadual das Cooperativas Ligadas ao Sicredi ("Confederação Sicredi"), uma Fundação juntamente com o Banco Cooperativo Sicredi S.A ("Banco").

A Cooperativa é parte integrante do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop) desde março de 2014, associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, conforme anexo I à resolução CMN nº 4.284, de 5 de novembro de 2013.

O FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 mil reais por associado (CPF/CNPJ), bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições.

A Cooperativa também é parte integrante da Sicredi Fundos Garantidores, empresa sem fins lucrativos cuja formação de reservas advém de contribuições mensais e extraordinárias de cooperativas associadas ao fundo o qual tem por objeto assegurar a credibilidade e a solvabilidade das suas associadas. Conforme regras estabelecidas nos Regulamentos dos Fundos Garantidores, as contribuições mensais são apuradas pelo somatório de duas parcelas: parcela fixa, relacionada ao objetivo de cada Fundo; e parcela variável, relativa ao risco imputado ao Sistema (considera níveis de liquidez, de margem de capital e de utilização de dispositivos de segurança).

**NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.041/09 e em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Bacen e CMN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Bacen (CPC 01, 03, 05, 10, 23, 24 e 25), especificamente aquelas aplicáveis a entidades cooperativas e a Lei do Cooperativismo nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971 e Lei Complementar 130 de 17 de abril de 2009.

Na Demonstração de Sobras ou Perdas, os valores referentes aos descontos concedidos de crédito, antes apresentados em Outros Dispêndios e Despesas Administrativas, foram transferidos de conta contábil, a qual passa a ser apresentada em Outros Dispêndios e Despesas Operacionais devido a adequação da conta Cosif utilizada; os valores referentes as provisões e reversões das Coobrigações antes alocados em Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa passam a ser apresentados em Outros Dispêndios e Despesas Operacionais, atendendo a carta circular nº 3.782 emitida pelo Banco Central. Também os valores referentes ao Rateio da Confederação antes apresentados integralmente em Outros Dispêndios e Despesas Operacionais, foram segregados e parte dos valores passam a ser apresentados em Outros Dispêndios e Despesas Administrativas, para melhor apresentação da alocação dos gastos.

Os valores reapresentados estão demonstrados no quadro abaixo:

	2016 Original	Valor do ajuste	2016 Reapresentado
<b>DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS</b>			
<b>DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>(104.082)</b>	<b>60</b>	<b>(104.022)</b>
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(26.994)	60	(26.934)
<b>OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS</b>	<b>16.468</b>	<b>(60)</b>	<b>16.408</b>
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas	(26.632)	(143)	(26.775)
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais	(21.880)	83	(21.797)

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi concedida pela Diretoria em 16 de fevereiro de 2018.

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras foram:

**a) Apuração do resultado**

Os ingressos e os dispêndios, assim como as receitas e as despesas, são registrados mensalmente de acordo com o regime de competência, que estabelece que os ingressos e os dispêndios e as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, alocados de forma proporcional de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado e apresentado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou pelas cooperativas entre si, para a consecução de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos, aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

**b) Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e relações interfinanceiras – centralização financeira, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

**c) Aplicações interfinanceiras de liquidez**

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

**d) Títulos e valores mobiliários**

A carteira está composta por títulos de renda fixa e renda variável, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, ajustados aos respectivos valores de mercado, conforme aplicável.

**e) Relações interfinanceiras – Centralização financeira**

Os recursos captados pela Cooperativa não investidos em suas atividades são centralizados através de repasses interfinanceiros para a Cooperativa Central, os quais são por ela utilizados para aplicações financeiras. Essas operações são caracterizadas como atos cooperativos, pela Lei nº 5.764/71 que define a política nacional do cooperativismo.

**f) Operações de crédito**

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN.

A atualização (“accrual”) das operações de crédito vencidas em até 60 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 61º dia, em rendas a apropriar. As operações classificadas como nível “H” permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

**g) Provisão para operações de crédito**

A provisão para perdas com operações de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

**h) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)**

Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias pro-rata dia incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar.

**i) Investimentos**

Estão demonstrados ao custo de aquisição, ajustados por provisão para perdas quando aplicável.

**j) Imobilizado de uso**

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota “Imobilizado de Uso e Intangível”, que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens.

#### k) Intangível

Corresponde a direitos adquiridos que têm por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Sistema ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado aos valores de custo e contempla gastos na aquisição e desenvolvimento de logiciais, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a serem usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, conforme mencionado na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível".

#### l) Redução ao valor recuperável de ativos

Os ativos são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

#### m) Depósitos a prazo

Estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

#### n) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base pro-rata dia incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

#### o) Impostos e contribuições

As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo.

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos. Nesses casos, a provisão é constituída com base nas alíquotas vigentes, considerando as adições e exclusões e a compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de CSLL, limitados a 30% do lucro tributável.

#### p) Ativos e Passivos contingentes

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes estão consubstanciadas na Resolução nº 3.535/08 do CMN, a saber:

- Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles classificados como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados;
- As obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

#### q) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidos com base em julgamento, que são revisados a cada semestre. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação a mercado de instrumentos financeiros, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

### NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Na elaboração dos Fluxos de Caixa, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

	2017	2016
Disponibilidades	7.190	6.598
Relações Interfinanceiras - Centralização financeira em Cooperativa Central	448.271	470.872
Total	455.461	477.470

A Centralização financeira é composta pela transferência das sobras de caixa das Cooperativas filiadas, sem prazo de resgate, e remunerados de acordo com as taxas praticadas no mercado, que na média de 2017 equivale a 101 % do CDI.

**NOTA 05 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ**

	2017	2016
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	10.013	-
Depósitos Interfinanceiros em Ligadas	10.013	-
Total circulante	10.013	-

Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	2.814	2.098
CDI Banco Cooperativo Sicredi S.A.	2.814	2.098
Total realizável a longo prazo	2.814	2.098

**NOTA 06 – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**

	2017	2016
Cotas de Fundos de Renda Fixa	39.681	36.013
Total circulante	39.681	36.013

**NOTA 07 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO**

A carteira de créditos está assim composta e classificada:

**a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação**

Operações de crédito	2017			2016
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Empréstimos e títulos descontados	220.395	121.754	342.149	263.385
Financiamentos	37.339	24.220	61.559	39.995
Financiamentos rurais e agroindustriais	223.047	30.176	253.223	254.301
Carteira total	480.781	176.150	656.931	557.681

Estão inclusos na base de cálculo da provisão para operações de crédito valores relativos a outros créditos, assim compostos:

Outros créditos	2017			2016
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Avais e Fianças Honrados	823	-	823	557
Devedores por compra de valores e bens	375	1.328	1.703	1.946
Títulos e créditos a receber (i)	23.214	2	23.216	16.533
Total	24.412	1.330	25.742	19.036

(i) A rubrica refere-se a valores a receber de transações de cartões de crédito.

**b) Composição da carteira de créditos por níveis de risco**

Níveis de Risco	%	Carteira		Provisão para Operações de Crédito	
		2017	2016	2017	2016
Nível A	0,50	219.080	245.670	1.095	1.228
Nível B	1,00	304.535	192.368	3.045	1.923
Nível C	3,00	79.484	63.768	2.385	1.913
Nível D	10,00	22.953	22.800	2.295	2.280
Nível E	30,00	14.541	14.899	4.362	4.470
Nível F	50,00	6.781	10.032	3.391	5.016
Nível G	70,00	6.242	5.102	4.369	3.571
Nível H	100,00	29.057	22.078	29.057	22.078
Total (i)		682.673	576.717	49.999	42.479

Em 31 de dezembro de 2017 a Cooperativa possui outros créditos sem característica de concessão de crédito para os quais registrou provisão no montante de R\$ 308 (2016 - R\$ 244).

c) Composição da carteira de créditos segregada por tipo de cliente, atividade econômica e faixas de vencimento

Setor	2017				2016	
	Vencidas a partir de 15 dias	A vencer			Total da Carteira	Total da Carteira
		Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias		
Pessoas Físicas	7.279	54.437	93.405	73.632	228.753	171.547
Rural	2.958	22.691	197.398	30.176	253.223	254.301
Industrial	35	5.967	13.351	12.909	32.262	28.226
Comércio	609	28.243	41.968	38.519	109.339	84.300
Outros Serviços	845	11.051	24.956	22.244	59.096	38.343
<b>Total</b>	<b>11.726</b>	<b>122.389</b>	<b>371.078</b>	<b>177.480</b>	<b>682.673</b>	<b>576.717</b>

d) Concentração das operações de crédito

	2017	%	2016	%
10 maiores devedores	88.503	12,96	66.805	11,58
50 devedores seguintes	121.398	17,78	97.907	16,98
100 devedores seguintes	86.006	12,60	74.752	12,96
Demais	386.766	56,65	337.253	58,48
<b>Total</b>	<b>682.673</b>	<b>100</b>	<b>576.717</b>	<b>100</b>

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa e outros créditos

	2017	2016 (Reapresentado)
Saldo inicial	42.723	39.817
Constituição de provisão	24.123	26.934
Movimentação de baixados para prejuízo	(16.539)	(24.028)
<b>Saldo final</b>	<b>50.307</b>	<b>42.723</b>

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017 as recuperações de operações de crédito anteriormente baixadas como prejuízo, no montante de R\$ 7.170 (2016 - R\$ 4.221), foram registradas como "Ingressos e Receitas de Intermediação Financeira".

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, foram realizadas renegociações de operações de crédito no montante de R\$ 30.406 (2016 - R\$ 10.894).

**NOTA 08 – OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS**

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros créditos do ativo, estão assim compostos:

	2017	2016
Adiantamentos e antecipações salariais	226	169
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta (i)	3.013	3.170
Devedores por compra de valores e bens	375	930
Devedores por depósitos em garantia	123	76
Impostos e contribuições a compensar	166	210
Títulos e créditos a receber	23.214	16.531
Valores honrados	36	271
Cotas de consórcio	472	445
Devedores por convênios	1	3
Operações com cartões	80	73
Pendências a regularizar	96	479
Outros	468	601
<b>Total Circulante</b>	<b>28.270</b>	<b>22.958</b>

Devedores por compra de valores e bens	1.328	1.016
Títulos e créditos a receber	2	2
<b>Total realizável a longo prazo</b>	<b>1.330</b>	<b>1.018</b>

(i) Refere-se à antecipação de valores para a Confederação Sicredi, a qual está elaborando investimentos em estruturas e plataformas de tecnologia, através de aquisição de bens (móveis, equipamentos, softwares, instalações, etc.) e de gastos com projetos específicos (aplicativos, produtos, etc.). Após sua conclusão os mesmos serão repassados para as Cooperativas.

**NOTA 09 – OUTROS VALORES E BENS**

	2017	2016
Bens não de uso próprio	1.783	2.316
Imóveis	1.645	1.406
Veículos e afins	50	33
Máquinas e equipamentos	5	128
Bens em regime especial	83	749
Material em estoque	2	-
Despesas antecipadas	45	67
Provisão (Redução do valor recuperável - Bens não de uso)	(292)	(415)
Total Circulante	1.538	1.968

Conforme determinações previstas no CPC 01, foi constituída provisão no montante de R\$ 292 (2016 - R\$ 415) de forma a assegurar que os ativos não estejam registrados por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.

**NOTA 10 – INVESTIMENTOS**

Registrados ao custo de aquisição	2017	2016
Cooperativa Central Sicredi Sul/Sudeste	17.828	17.828
Sicredi Participações S.A.	16.329	16.329
Outras Participações e Investimentos	17	17
Sicredi Fundos Garantidores	5	5
Outras Ações e Cotas	12	12
Total	34.174	34.174

(i) Apresentamos abaixo as informações dos investimentos referentes ao número de ações/quotas, percentuais de participações e movimentações patrimoniais:

	Sicredi Participações S.A.		Sicredi Fundos Garantidores		Cooperativa Central	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Número de ações/quotas possuídas	5.296.166 ON	5.296.166 ON	5	5	17.827.556	17.827.556
	11.033.304 PN	11.033.304 PN	Quotas	Quotas	Quotas	Quotas
Percentual de participação	1,87%	1,88%	3,05%	3,16%	5,08%	5,08%
Capital social	874.847	869.279	164	165	351.047	351.047
Patrimônio líquido	893.040	911.739	240.569	204.709	361.565	361.513
Lucro líquido do exercício	16.863	41.442	35.861	10.965	-	-
Valor do investimento	16.329	16.329	5	5	17.828	17.828

**NOTA 11 – IMOBILIZADO DE USO E INTANGÍVEL**

	Taxas anuais de depreciação %	2017			2016
		Custo corrigido	Depreciação/Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Imobilizado de Uso	-	34.842	(15.179)	19.663	16.318
Imobilizações em curso	-	3.948	-	3.948	4.764
Terrenos	-	11	-	11	11
Edificações	4%	2.064	(974)	1.090	1.109
Instalações	10%	15.432	(5.480)	9.952	6.625
Móveis e equipamentos de uso	10%	5.020	(2.988)	2.032	1.734
Sistema de comunicação	10%	443	(191)	252	180
Sistema de processamento de dados	20%	6.817	(4.953)	1.864	1.577
Sistema de segurança	10%	458	(235)	223	120
Sistema de transporte	20%	649	(358)	291	198
Intangível (i)		14.079	(7.151)	6.928	6.788
Investimentos Confederação		13.982	(7.054)	6.928	6.788
Total		48.921	(22.330)	26.591	23.106

(i) Valores reclassificados de "Adiantamentos para pagamentos de nossa conta" para "Outros Ativos Intangíveis", no sub grupo Intangível, referente aos investimentos em tecnologia para desenvolvimento de softwares que já estão em uso pela Cooperativa, bem como investimentos para aquisições de imobilizado na Confederação, sendo amortizado com base nos benefícios econômicos futuros incorporados aos ativos quando consumidos pela entidade, por meio do seu uso.

**NOTA 12 – DEPÓSITOS**

Apresentamos, a seguir, os depósitos por faixa de vencimento:

Depósitos	2017				2016
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Depósitos à vista	98.271	-	-	98.271	80.419
Depósitos a prazo	20.993	26.590	493.180	540.763	512.085
Total	119.264	26.590	493.180	639.034	592.504

**NOTA 13 – OBRIGAÇÕES POR REPASSES INTERFINANCEIROS**

As obrigações por repasses interfinanceiros são apresentadas a seguir:

	2017	2016
Recursos do Crédito Rural	223.748	225.875
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	223.748	225.875
Total circulante	223.748	225.875

Recursos do Crédito Rural	26.460	19.004
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	26.460	19.004
Total exigível a longo prazo	26.460	19.004

As obrigações por repasses interfinanceiros operam com uma taxa de até 14,25% a.a. com vencimentos até 20/11/2022, e os recursos são repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A.

**NOTA 14 – OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS**

Os empréstimos são apresentados a seguir:

	2017	2016
Empréstimos no país - outras instituições	11.982	12.016
Cooperativa Central Sicredi Sul/Sudeste	11.982	12.016
Total circulante	11.982	12.016

As obrigações por empréstimos operam com uma taxa de até 0,04% a.m. com vencimento até 06/12/2018.

**NOTA 15 – OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS**

As obrigações diversas, classificadas no passivo no grupo de outras obrigações estão assim compostas:

	2017	2016
Cheques administrativos	-	1.720
Obrigações por convênios oficiais	9	4
Provisão para pagamentos a efetuar	8.724	7.021
Provisão para passivos contingentes (Nota 16)	1.136	642
Outras Contingências	12	33
Provisão para garantias financeiras prestadas (i)	3.771	4.117
Juros Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital (ii)	640	1.100
Pendências a regularizar	93	36
Operações com cartões	21.982	15.419
Demais fornecedores	1.148	742
Credores diversos	3.032	1.980
Total circulante	40.547	32.814

Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital (ii)	10.696	10.696
Total exigível a longo prazo	10.696	10.696

(i) Refere-se a coobrigações assumidas pelas Cooperativas na realização de operações de seus cooperados junto ao Banco.

(ii) As dívidas subordinadas elegíveis a capital refere-se a contratos de mútuo com cláusula de subordinação firmados em março de 2013 com vencimento em dezembro de 2021 pela Cooperativa e o Banco Cooperativo Sicredi com o objetivo de alavancar as operações de crédito, possui taxa anual de 158,5% do CDI, pagos semestralmente"

**NOTA 16 – PASSIVOS CONTINGENTES**

A Cooperativa possui passivos contingentes em andamento, sendo que os valores estimados e suas respectivas movimentações e provisões estão demonstrados no quadro a seguir, conforme a natureza dos passivos.

Natureza	Saldo Inicial do Período 01/01/2017	Aumento Provisão	Baixa/Reversão de Provisão	Saldo Final do Período 31/12/2017
Trabalhista	528	422	(48)	902
Cível	104	210	(88)	226
Tributária	10	-	(2)	8
Total	642	632	(138)	1.136

Natureza	Probabilidade de perda	2017	2016
Trabalhista	Provável	902	528
Cível	Provável	226	104
Tributária	Provável	8	10
Total		1.136	642

Em 31 de dezembro de 2017, a Cooperativa possuía também processos de natureza Cível e Tributária, cuja probabilidade de perda é possível no montante estimado de R\$ 18; R\$ 2.958 (2016 - R\$ 20 e R\$ 5.673), respectivamente.

A Cooperativa, adicionalmente, possui em andamento o processos administrativos, versando sobre matéria tributária em que discute a incidência de tributos e Taxas de Gravame DETRAN. Os processo encontram-se em fase de impugnação e recusos, tramitando junto a Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul (SEFAZ RS) e Receita Federal do Brasil, atingindo o valor de R\$ 2.958, cuja conclusão da análise jurídica é de que a probabilidade de perda é considerada possível.

**NOTA 17 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO****a) Capital Social**

O capital social é dividido em quotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independente do número de suas quotas-partes, e está assim composto:

	2017	2016
Capital Social	83.678	82.525
Total de associados	61.832	65.951

Em 31 de dezembro de 2017, a cooperativa aumentou seu capital social no montante de R\$ 1.153 (2016 – R\$ 3.669), sendo R\$ 5.061 (2016 – R\$ 7.074) via integralização de resultados e R\$ 552 (2016 – R\$ 771), via integralização de quotas-partes. No mesmo período houve baixas de capital, através do resgate de quotas-partes, no montante de R\$ 4.460 (2016 – R\$ 4.176).

**b) Juros ao Capital**

A Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados da Região Centro do RGS - Sicredi Região Centro, efetuou o pagamento dos juros ao capital no percentual de 6,47% em Conta Capital, no montante de R\$ 5.233, calculados em conformidade com a Lei Complementar 130/2009, observando-se o limite da taxa SELIC

**c) Destinações**

A Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados da Região Centro do RGS - Sicredi Região Centro, destinou seus resultados conforme o estatuto social, dos valores destinados 60% foram para a Reserva Legal e 5% para o FATES.



**NOTA 18 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos, conforme demonstrado abaixo:

	2017	2016
Resultado após a participação nos lucros e antes da tributação sobre o lucro e dos juros sobre capital próprio	40.609	33.753
IRPJ e CSLL pelas alíquotas fiscais	(17.056)	(14.176)
Exclusões / (Adições):		
Incentivos Fiscais	10	7
Provisão resgate de milhas cartão	61	(13)
Provisão PPR	79	32
Receita com atos cooperativos	14.178	11.367
Juros sobre capital próprio	2.198	2.040
Outros	(146)	257
Subtotal	16.380	13.690
IRPJ e CSLL registrados no resultado	(676)	(486)

**NOTA 19 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS****a) Instituições relacionadas**

A entidade efetua transações com instituições relacionadas, abaixo apresentamos as principais operações realizadas:

	2017	2016
<b>Ativo</b>		
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 05)	12.827	2.098
Títulos e Valores Mobiliários (Nota 06)	39.681	36.013
Relações interfinanceiras – Centralização financeira (Nota 04)	448.271	470.872
Outros Créditos - Rendas a receber	1.272	1.114
Outros Créditos - Diversos (Nota 08)	2.943	3.316
Investimentos (Nota 10)	34.162	34.162
Intangível (Nota 11)	6.928	6.788
<b>Passivo</b>		
Obrigações repasses interfinanceiros (Nota 13)	250.208	244.879
Obrigações por empréstimos (Nota 14)	11.982	12.016
Outras Obrigações - Diversas (Nota 15)	21.954	15.137
Principal e juros dívida subordinada (Nota 15)	11.336	11.796
<b>Receitas</b>		
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	3.897	4.553
Ingressos e receitas de Prestação de Serviços	6.688	5.657
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 21)	47.064	59.179
<b>Despesas</b>		
Operações de Empréstimos e Repasses	19.836	19.803
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas (Nota 20)	1.200	1.161
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (Nota 22)	11.940	10.801

**b) Transações com administradores**

As transações com partes relacionadas referem-se a saldos de depósitos (à vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na instituição por seus administradores (diretores e conselheiros de administração), assim como a remuneração recebida pelas pessoas chave da administração. As operações de crédito e captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

Abaixo apresentamos as operações realizadas com administradores:

Natureza da operação	2017	% em relação ao total	2016
Depósitos à vista	360	0,37%	153
Depósitos a prazo	1.772	0,33%	2.599
Operações de crédito	2.326	0,35%	2.598

**c) Benefícios monetários destinados às partes relacionadas - pessoas chave da administração**

Pessoas chave da administração são as que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro dessa entidade). Nestes dados estão inclusos todos os benefícios de curto prazo e pós-emprego concedidos pela entidade aos cargos de Presidente, Vice-Presidente, Diretores ou outros que venham a substituir os mesmos.

Benefícios	2017	2016
Pessoas chave da administração	4.046	3.822

**NOTA 20 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS**

	2017	2016 (Reapresentado)
Despesa de água, energia e gás	799	881
Despesa de aluguéis	2.545	2.164
Despesa de comunicação	1.916	1.617
Despesa de manutenção e conservação	2.098	1.828
Despesa de material	394	399
Despesa processamento dados	551	393
Despesa de promoções e relações públicas	2.171	2.165
Despesa de propaganda e publicidade	507	772
Despesa de seguro	97	229
Despesa de serviços do sistema financeiro	2.801	2.768
Despesa de serviços de terceiros	1.422	1.277
Despesa de serviços de vigilância e segurança	1.975	1.927
Despesa de serviços de técnicos especializados	2.292	1.944
Despesa de serviços de transpostes	2.230	1.795
Despesa de viagem	655	231
Outras despesas administrativas	5.936	6.385
Total	28.389	26.775

**NOTA 21 – OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS**

	2017	2016
Recuperação de encargos e despesas	2.894	5.271
Ingressos depósitos intercooperativos(i)	45.501	56.403
Reversão de provisões operacionais	4.765	7.093
Outras rendas operacionais	2.199	3.539
Total	55.359	72.306

(i) Refere-se à receita com administração financeira, que é resultante da aplicação dos recursos captados, junto à Cooperativa Central.

**NOTA 22 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS**

	2017	2016 (Reapresentado)
Descontos concedidos em renegociação e crédito	2.354	1.999
Contribuição O.C.E.	109	93
Contribuição Sicredi Fundos Garantidores	405	376
Contribuição Confederação Sicredi	7.930	6.644
Cooperativa Central Sicredi Sul/Sudeste	799	843
Contribuição Sureg	78	6
Encargos da administração financeira	256	318
Repasse administradora de Cartões	972	1.120
Depreciação e amortização (Rateio Confederação)	1.721	1.081
Outras provisões operacionais	4.978	6.179
Outras despesas operacionais	2.961	3.138
Total	22.563	21.797

**NOTA 23 – COBRIGAÇÕES EM GARANTIAS PRESTADAS**

As garantias prestadas pela Cooperativa sob a forma de aval, fiança ou outras coobrigações estão assim compostas:

	2017	2016
Beneficiários de garantias prestadas (i)	94.829	93.016
Coobrigações em cessões de crédito	236	291
Total	95.065	93.307

(i) Nas garantias prestadas estão incluídas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes. Os valores são compostos, em sua maioria, pelos programas do Finame e BNDES.

**NOTA 24 – GERENCIAMENTO DE RISCOS**

O Sistema Sicredi considera o gerenciamento de riscos prioritário na condução de suas atividades e negócios, adotando práticas em absoluta consonância com os preceitos dos Acordos de Basileia. Dessa maneira, possui áreas especializadas para o gerenciamento destes riscos, centralizadas no Banco Cooperativo Sicredi S.A. Entre os principais riscos gerenciados pela instituição, destacam-se o operacional, o de mercado, o de liquidez, o alocação de capital e o de crédito, cujas estruturas são apresentadas a seguir:

**I - Risco Operacional**

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

A gestão do risco operacional é realizada de forma conjunta entre o Banco, Centrais e Cooperativas Singulares. Essas entidades tem como responsabilidade o cumprimento dos normativos internos e externos, valendo-se de ferramentas, metodologias e processos estabelecidos sistemicamente. Tais processos são compostos por um conjunto de ações, que visa manter em níveis adequados os riscos a que cada instituição está exposta. São essas:

- Avaliação de riscos e controles;
- Documentação e armazenamento da base de perdas;
- Gestão de continuidade de negócios;
- Alocação de capital para o risco operacional;

**II - Risco de Mercado**

Define-se risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Incluem-se nessa definição, as operações sujeitas aos riscos de variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

O gerenciamento de risco de mercado das entidades do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura unificada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do risco de mercado.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de mercado são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada entidade do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de mercado do Sistema Sicredi incluem:

- Regras claras de classificação da carteira de negociação que garantam o correto tratamento das operações;
- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Limites operacionais que definam a tolerância ao risco de mercado das Entidades do Sistema em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco de mercado a serem aplicadas;
- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de mercado das Entidades do Sistema.

### III - Risco de Liquidez

O entendimento de Risco de Liquidez é essencial para a sustentabilidade das instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais e está associado à capacidade da instituição de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis de financiamento. Para este efeito, define-se risco de liquidez como:

- A possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e;
- A possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento de risco de liquidez das entidades do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura unificada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do risco de liquidez.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de liquidez são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada entidade do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de liquidez do Sistema Sicredi incluem:

- Definição de processos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo;
- Estabelecimento de limites operacionais para manutenção de níveis adequados e suficientes de liquidez;
- Definição das estratégias de captação que proporcionem diversificação adequada das fontes de recursos e dos prazos de vencimento;
- Definição de plano de contingência de liquidez, regularmente atualizado, que estabeleça responsabilidades e procedimentos para enfrentar situações de estresse de liquidez;
- Realização periódica de testes de estresse com cenários de curto e de longo prazo.

### IV - Alocação de Capital

Para os efeitos da legislação vigente, define-se o Gerenciamento de Capital como o processo contínuo de:

- Monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição;
- Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita;
- Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

O gerenciamento de capital das entidades do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura unificada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do capital.

Os processos e políticas para o gerenciamento de capital são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada entidade do Sistema.

Os processos para o gerenciamento de capital do Sistema Sicredi incluem:

- Mecanismos que possibilitem a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos relevantes incorridos pela instituição, inclusive dos riscos não cobertos pelos requerimentos mínimos legais de capital;
- Metas de capital em níveis acima dos requerimentos mínimo legais e que reflitam o apetite a risco do sistema, visando manter capital para suportar os riscos incorridos e garantir o crescimento dos negócios de forma sustentável e eficiente;
- Plano de Capital para cada entidade do Sistema, consistente com o planejamento estratégico, abrangendo o horizonte mínimo de três anos;
- Testes de estresse e avaliação de seus impactos no capital;
- Relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a diretoria e para o conselho de administração;

### V - Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito consiste no processo de identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos decorrentes das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras.

No Sicredi, o gerenciamento do Risco de Crédito é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais.

O Banco Cooperativo Sicredi responde pelo conjunto de políticas, estratégias e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito das empresas que compõem o Sistema, possuindo como principais atribuições: responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias de classificação de risco de crédito, inclusive por meio de modelos quantitativos; aferir e controlar as exigibilidades de capital para cobertura de risco de crédito assumido; e realizar o monitoramento constante das exposições sujeitas ao risco de crédito de todas as empresas do Sicredi.

As áreas e colegiados locais são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistemicamente.

### VI- Informações Adicionais

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de riscos pode ser acessada por meio do site [www.sicredi.com.br](http://www.sicredi.com.br), no caminho "Conheça o Sicredi \ Relatório \ Gestão de Riscos".

**NOTA 25 – ÍNDICES DE BASILÉIA E DE IMOBILIZAÇÃO**

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, valor de Patrimônio

Limites operacionais	2017	2016
<b>Patrimônio de Referência (PR)</b>	<b>248.507</b>	222.561
<b>Nível I (NI)</b>	<b>241.705</b>	213.124
<b>Capital principal - CP</b>	<b>241.705</b>	213.124
Capital social	83.678	82.525
Reservas de capital	151.446	124.658
Lucros acumulados	11.255	8.950
Ajustes Prudenciais	(4.674)	(3.009)
<b>Nível II (NII)</b>	<b>6.802</b>	9.437
Letras Financeiras e Dividas Subordinadas	6.802	9.437
<b>Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)</b>	<b>936.602</b>	804.873
<b>Risco de Taxa de Juros da Carteira Bancária</b>	<b>857</b>	801
<b>Margem de Capital (i)</b>	<b>149.306</b>	142.279
<b>Índice de Basileia (PR / RWA)</b>	<b>26,53%</b>	27,65%
Situação de Imobilização (Imob)	21.935	20.115
<b>Índice de Imobilização (Imob / PR)</b>	<b>8,83%</b>	9,04%

(i) Margem de Capital consiste no excedente de capital da instituição aos requerimentos mínimos regulamentares e ao adicional de capital principal.

**NOTA 26 – SEGUROS CONTRATADOS**

Em 31 de dezembro de 2017, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados a garantia de valores e bens de propriedade da Cooperativa.

---

Luiz Alberto Machado Lopes  
Diretor Executivo  
CPF: 415.985.710-87

---

Simone Nunes Bopp  
Diretora de Operações  
CPF: 954.142.070-20

---

Eduardo Netto Sarubbi  
Contador  
CRC: RS-060899/O-8  
CPF: 694.157.650-20